



376

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0332265-4

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA/PE

PACIENTE: ANDRÉ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO COM CONCURSO DE AGENTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO E EXCESSO DE PRAZO NÃO RECONHECIDO NO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS SÚMULA Nº 84 E 86 DO TJPE. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0332265-4** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



377

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 0332265-4****AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA/PE**PACIENTE:** ANDRÉ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDRÉ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA preso em flagrante delito em 06/08/2013, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Notícia a inicial que inexistem motivos para manutenção da custódia, tendo em vista que o paciente é primário, tem bons antecedentes, mora com os pais, é estudante e tem ocupação. Sustenta também a possibilidade de extrapolação de prazo para formalização da suposta culpa do paciente.

Pugnou, *in limine*, a concessão do writ para que fosse relaxada a prisão em face do constrangimento ilegal acima mencionado. Acostou documentos de fls.09/351.

Liminar negada em decisão de fls.357/358. A autoridade coatora prestou informações de fls.362/364.

A Douta Procuradoria, em seu parecer de fls.368/372, **opinou pela denegação da ordem.**

É o que importa relatar.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Relator**



348

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0332265-4

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA/PE

PACIENTE: ANDRÉ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDRÉ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA preso em flagrante delito em 06/08/2013, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

O cerne da questão se baseia na falta de fundamentação para manutenção do decreto preventivo. Pugna pela concessão da ordem, fundamentando, também, que o paciente preenche todos os requisitos para sua soltura, tendo em vista que é primário, mora com os pais e é estudante. Ao final, alegou genericamente excesso de prazo para formação da culpa.

Informa, ainda a inicial, que não fora encontrada nenhuma arma de fogo com o paciente no momento do flagrante delito.

As informações prestadas pela autoridade coatora de fls.363/364, narra que o paciente fora preso por praticar supostamente crime de roubo com mais outros quatro comparsas, mediante uso de arma de fogo, em um mercadinho e em uma loja de moda vizinha, no bairro de Ouro Preto, Olinda/PE.

Relata, também, que todos os agentes, inclusive o paciente, ameaçaram de morte e proferiram ofensas aos caixas e as pessoas que estavam presentes naqueles estabelecimentos comerciais enquanto roubavam dinheiro do caixa e relógios dos clientes. Após o delito, os



379

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

agentes se evadiram do local em uma moto a qual era pilotada pelo paciente e outro carro, sendo os mesmos flagrados por policiais militares, após acionamento da polícia.

A inicial sustenta que o paciente, no momento da prisão, não possuía qualquer arma de fogo.

A autoridade coatora informou que junto ao paciente (que na fuga pilotava a moto com outro acusado na garupa), fora encontrada uma mochila com a *res furtiva*.

O juiz de piso proferiu sua decisão fundamentada na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, visando proteger a sociedade do cometimento de novos crimes.

De modo, que afirmo que a prisão cautelar do paciente se mostra necessária e adequada diante tanto do *modus operandi* como das circunstâncias que cercam o delito, agindo com graves ameaças, comunhão de desígnios com outros 04 comparsas e ainda fuga planejada em dois veículos.

Logo, apesar de não ter antecedentes, não me parece ilegal ou excessiva a conclusão do perigo que representa a soltura do paciente, esta questão, como visto acima, restou bem delineada pelo juízo prolator do decreto prisional, que sopesou de forma correta estes aspectos.

Entretanto, ainda que as condições pessoais, sejam favoráveis ao paciente/acusado elas, não têm, em princípio, o condão de, de *per si*, garantirem a revogação da prisão preventiva, pois há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia antecipada, como ocorre neste caso.

Esse é o entendimento dos tribunais superiores e, em especial, da **Súmula nº 86 do TJPE**: "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".



380

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Por fim, quanto à genérica alegação de excesso não deve prosperar, tendo em vista que a suposta **demora na formação da culpa fora ocasionada pela própria defesa, a qual extrapolou os prazos para apresentação de suas alegações finais**, como destacou o juiz de primeiro grau.

Atualmente, os autos principais estão conclusos para sentença.

Em igual entendimento, **esta Corte aprovou a Súmula 84**, assim redigida: “Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto”.

Por fim, em que pese à sugestão de aplicação de medidas cautelares na inicial, estas previstas no art. 319 do CPP não me parecem adequadas ou suficientes para o caso em questão (art. 157, § 2º, incs. I e II, do CP – roubo qualificado em concurso de agentes).

Assim, não me resta outra alternativa a não ser a denegação da ordem, uma vez que o paciente não sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção.

Ante o exposto, acompanhando o Parecer Ministerial, voto pela DENEGAÇÃO DA ORDEM, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 13 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto**Relator**